

LÍNGUA — INSTRUMENTO DE COLONIZAÇÃO (*).

JOSÉ AUGUSTO VAZ VALENTE

Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A linguagem, como elemento de comunicação, foi sempre fator indispensável nas relações entre os homens (1).

Por todos os tempos se poderia fazer esta afirmação e a História é particularmente rica para ilustrá-la.

Conjunto de sinais convencionais e usada unânimemente por um povo, destina-se a exprimir idéias que se transmitem, dando a conhecer ao vizinho o que ao indivíduo vai no pensamento (2). Praticada desde a infância, nem é dificuldade de maior para o homem de uma comunidade ou de um povo, ainda que demande um período de aprendizado que poderemos considerar longo bastante.

Porém, se essa dificuldade não existe em relação à comunidade de que o indivíduo faz parte, o mesmo não diremos quando conside-

(*) — Tem o presente trabalho uma finalidade. E' a de informar os especialistas, estudiosos da língua tupi-guarani, que conosco se encontram cópias de manuscritos — microfímes — da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, elementos sem dúvida preciosos que, ainda que conhecidos, estão pouco divulgados.

Colhidas essas cópias em 1965, a expensas da "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo", estão ainda em nosso poder, sendo, pelas disposições do contrato que fizemos com a FAPESP, propriedade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Mesmo que tenhamos divulgado, em relatórios feitos à "Fundação" ou, oralmente, a pessoas de nossas relações, a existência do material colhido, cremos que de melhor eficiência para sua divulgação é, virtualmente, o presente trabalho.

- (1). — E' o presente trabalho, pela nossa intenção, o sumário de um outro de maior envergadura para o qual êste se constituiria em ensaio. Com os elementos que temos à mão, presentemente, e premidos pelo tempo, não podemos enumerar aqui — nem seria o lugar — o que sob a epígrafe se possa arrolar, para se constituir numa tese "acabada". Por isso limitamos o trabalho a um resumo ficando, porém, como propósito, a referida "tese", para a qual os elementos com que se pode contar são inumeráveis.
- (2). — Os vocábulos "linguagem" e "língua" são tomados, aqui, como sinônimos, mesmo que os reconheçamos distintos, por algumas subtilezas que os mestres nos ensinam.

ramos os diferentes povos ou, digamos, as diferentes nações. Da multiplicidade destas, resulta, concomitantemente, a multiplicidade das línguas, cada uma das quais usada particularmente, derivando daí dificuldades para a comunicação entre os povos diferentes, que só podem ser superadas quando um dêles adota a língua do outro.

Como “sistema de expressão verbal do pensamento” a língua foi necessidade do Homem desde os princípios da sua existência. Conjunto de sinais que emitia era representação simbólica de que seu semelhante partilhava; e nós adivinhamos que mesmo os “roncos” ou “guinchos”, dos primeiros habitantes do planeta, eram já ensaio do falar que, posteriormente, se estratificariam em sinais constantes que permaneciam, quando a mímica não era absolutamente necessária, já, para a comunicação com o próximo.

O “grupo” adotando um simbolismo oral, que se ia ampliando e permanecendo, foi fixando os símbolos e aprimorando os sons que, de início, pensamos, não seriam mais que onomatopéias a exprimir, com o maior realismo, o fenômeno natural ou o fato observado que descrevia ou ensinava.

Mas desde início que o Homem se teria dado conta, pelo próprio exercício, que tinha ao seu alcance um instrumento pleno de eficiência; distinguia-se, soberanamente, do animal. A inteligência, de que era detentor, facultou-lhe o desenvolvimento de uma linguagem; em contrapartida a linguagem que usava desenvolvia-lhe a inteligência. Estava iniciado o círculo que, através dos tempos, se foi ampliando e foi aprimorando o intelecto.

A comunicação entre os grupos diferentes enriquecia-os simultaneamente. Cada um dêles aprendia e ensinava ao mesmo tempo. Captava do vizinho o que êle elaborara; cedia-lhe em troca, pode ser que involuntariamente, o que fôra sua elaboração.

*

Fôssem milênios, não importa ao caso, o tempo necessário para que um símbolo corresse de bôca em bôca, de geração em geração, a certa altura já o Homem, nômade inveterado, usaria elementos de seu falar para ser entendido em pontos distantes da sua clã.

*

Como se diversificaram os grupos; como se diversificaram as línguas; se a multiplicidade dos grupos derivou de um só; se as múltiplas línguas são ramificações de uma única é indagação que se vem fazendo, não se encontrando, até hoje, uma resposta a contento. As soluções são, simplesmente, teorias e como tais de caráter provisório, subsistindo enquanto explicações mais completas não surgem. Não somos nós que vamos resolver os problemas que à questão dizem respeito. Registramô-la apenas, sabendo de antemão que, a ca-

da dia que passa, as mais diversas ciências e numerosos cientistas colhem elementos parciais que talvez num amanhã, próximo ou remoto, possam ser peças que refaçam o todo a deixar as origens visíveis ou compreensíveis.

Nós registramos, apenas, uma época já avançada da vida do Homem e quando os grupos e as nações usavam de línguas diversas, para a compreensão das quais as nações diferentes não estavam habilitadas; quando podia definir-se “língua” como o fazem os autores atuais, que nos ensinam ser um

“sistema de expressão verbal do pensamento comportando um vocabulário e uma gramática definidos, relativamente fixos, constituindo uma instituição social durável que se impõe aos habitantes de um país e permanece quase que completamente independente de sua vontade individual” (3).

E’ verdade que a essa época que referimos, já, por milênios, os povos de língua diferente se haviam comunicado. No mesmo caso, porém, referimos um fato singular da era quinhentista, quando os homens de um continente mais evoluído descobriram um Nôvo Mundo, o Continente Americano e mais especificamente os litorais do Brasil.

Nesse Nôvo Mundo descoberto, nôvo nos conhecimentos de então, havia gentes, novas também, que formavam grupos ou nações cujo linguajar nunca fôra ouvido nem entendido antes.

*

* *

Em mil e quinhentos encontravam-se, digamos, duas civilizações: uma a dos descobridores, outra a dos nativos que aqui viviam tendo tôda a terra por sua e seus costumes de “tanta naturalidade” que nem vestígios havia das convenções que os mais civilizados carregavam consigo desde os portos de embarque.

Parece a alguns que o encôntro não foi surprêsa

— “nunca é demais frisar que na narração de Caminha não há nem uma palavra de espanto por esta descoberta” (4)

— mas foi, supomos, prazenteiro.

(3). — Lalande (André), *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*; 8.a Ed., Paris, 1960, pág. 554, sub voce “langue”.

(4). — Balão (Antônio), *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Alvares Cabral*. Agência Geral das Colônias, Lisboa, MCMXL, pág. 65.

As duas civilizações entraram em contacto depois que na

“terça feira doitava de pascoa que foram XXI dias dabrill toparam alguus synaaes de tera... e aa quarta feira seguimte (5) a oras de bespera” houveram “vista de terra a saber: primeiramente dhuu grande monte muy alto e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de terra chaã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pascoal e aa tera a tera de Vera cruz” (6); “aa quimta feira pola manhaã fazemos vella e segujmos dir.tos aa terra... ataa mea legoa de terra omde todos lançamos amcoras em dir.to da boca dhuu Rio e daly ouuemos vista d homees q. andavam pela praya... e o capitam mandou no batel em terra nicolao coelho pera veer aqle Rio e tamto que ele comecou para la dhir acodirá pela praya homees... traziam arcos nas maaõs e suas seetas. vijnhem todos Rijos pera o batel e niconaa coelho lhes fez sinal que possuem os arcos e eles os poseram” (7).

Foi a essa quinta-feira, 23 de abril, pouco depois das dez horas que as duas civilizações entraram em contacto e por intermédio de Nicolau Coelho chegaram “à fala”: êste fazendo sinal; os indígenas entendendo êsse sinal.

Mas em pouco mais que o “sinal” se puderam entender...

Estavam frente a frente sêres inteligentes; a diversidade da linguagem, resultante de povos ou nações diversas, porém, não fêz dêsse encontro ocasião de contacto pleno. Para além da mímica

“ali não pode aver deles falam nem entedimento que aproveitasse pelo mar quebrar na costa” (8)

como afirma o escrivão da armada de Cabral. Mas nós calculamos que n' o fôsse apenas o barulho da quebra que dificultasse o entendimento.

Não obstante as dificuldades da língua houve, entretanto, gestos de cortesia de parte a parte, quando se iniciou a troca de produtos do velho e do nôvo mundo. Tomemos essa troca à conta de simbolismo, que não foi, realmente, mais do que isso, pela exigüidade, que o momento exigia, mas parece-nos um tanto significativa pela espontâneidade. Nicolau Coelho

“soomente deulhes huum barrete vermelho e huuã carapuça de linho que levava na cabeça e huu sombreiro preto” (9). Em

(5). — Caminha (Pero Vaz), *Carta do achamento do Brasil, dirigida a D. Manuel*, fac-símile in *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa...*, ob. cit., fôlha 1.

(6). — Caminha (Pero Vaz), *Carta*, ob. cit., fôlha 1, verso.

(7). — *Idem*, *ibidem*.

(8). — *Idem*, *idem*.

(9). — *Idem*, *idem*.

troca “huu deles lhe deu huu sombreiro de penas daves compridas com huua copezinha pequena de penas vermelhas e pardas coma de papagayo e outro lhe deu huu Ramal grande de comtinhas brancas e meudas que querem parecer daljaveira” (10).

Passado êste primeiro encôntro, no qual houve troca de mensagens e de dádivas entre homens de povos diferentes, não puderam os descobridores ficar no local e fizeram-se de vela dez léguas para o norte,

“aa sesta pola manhã aas oito (biij) oras pouco mais ou menos” e “...acharam os ditos navios pequenos huu aReçife com huu porto dentro muito boo e muito seguro com uma muy larga entrada e meteramse dentro e amaynaram” (11).

Sondava-se a costa em busca de abrigo e a dez léguas do ancoradouro primeiro apareceu o abrigo procurado e gentes como as que haviam visto antes e com a qual não foi fácil comunicar. Não porque se esquivassem; mas porque as linguagens eram diversas.

Através da narração de Pero Vaz, freqüentes são as passagens que nos esclarecem das dificuldades de comunicação e, às vêzes, impossibilidade de ambas as partes se fazerem entender.

Já no nôvo ancoradouro, em pôrto “muito boo e muito seguro” os contactos entre descobridores e indígenas foram mais freqüentes “começados pela visita daqueles dois mancebos levados por Afonso Lopes numa almadia ao barco do capitão.

Do primeiro “diálogo”, chamemos-lhe assim, nos dá o escrivão “a armada descrição bem completa e pormenorizada em sua carta, pela qual se entende que não seria fácil a troca de idéias entre uma e outra partes.

Era já de noite quando aquêles dois

“homees da terra foram recebidos com muito prazer e festa” (12).

“O capitam quando eles vieram estava asentado em huua cadeira e huua alcatifa aos pees do estrado e bem vestido com huu colar douro muy grande ao pesçoço e sancho de toar e simam de miranda e njcolaso coelho e aires corea e nos outros que aqui na naao com ele himos asentados no chaão per esa alcatifa/ acenderam tochas e entraram e nõ fizeram nhuua mençam de cortesia nem de falar ao capitam nem a njnguem pero huu deles pos olho no colar do capitam e começou daçenar cõ a mão per a terra e depois pera o colar como que nos dezia que avia em tera ouro e tambem vio huu castiçal de prata e asy mesmo acenava para

(10). — *Idem*, fôlha 2.

(11). — *Idem*, fôlha 2.

(12). — *Idem*, fôlha 2, v.

a tera e entã pera o castiçal como que avia tambem prata / mostrarãlhe huu papagayo pardo que aqui o capitam traz tomaramno logo na mão e acenaram pera a terra como que os avia hy mostrarãnlhes huu carn.ro nom fezeram dele mençam, mostrarãnlhes huua g.a casy aviam medo dela e nomi lhe queriam poer a mão e depois a tomaram coma espantados / derãnlhes aly de comer pam e pescado cozido, confeitos fartees mel e figos pasados nã quiseram comer daquilo casi nada e alguma cossa que a provavam lançavamna logo fora. troverãnlhe vinho per huua taça, poserãnlhe asy a boca tã malaves e nã gostarã dele nada nem o quiseram mais, trouverãnlhe agoa per huua albarada tomaram dela senhos bocados e nom beberam, soom.te lavarã as bocas e lançaram fora. Vio huu deles huuas contas de Rosairo brancas açenou que lhas dessem e folgou muito com elas e lançouas ao pescoço e depois tirouas e embrulhouas no braço e acenava pera a tera e entã pera as contas e pera o colar do capitam coma que daria ouro por aquilo. / Isto tomavamos asy pola desejarms, mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar isto nom queriamosnos entender porque lhe nom aviamos de dar...” (13).

Passado nestes tãrmos o “diálogo”, substanciosamente narrado por Caminha, nã deixou muito claro o “dito” pelos índios aos portugueses, podendo afirmar-se, sem grande margem de êrro, que o inverno foi de igual valor.

Em mais de um passo da sua carta, Pero Vaz conta as dificuldades de comunicação, dificuldades que eram aumentadas pelas tendências dos “interlocutores” que entendiam, se era “aquilo” que queriam dizer; se fõsse outra coisa que “dissem” nã o haveriam de entender, como diz o escrivão com rude sinceridade, no episódio do colar de ouro.

À parte esta disposição, que seria de ordem psicológica, nã falham outros elementos que o autor da carta a D. Manuel denuncia e pondera:

“aly por entã nã houve mais fala ne entendimento cõ eles por a berberje deles ser tamanha que se nom entendia nem ouja njnge” (14).

O nã entendimento entre civilizados e indígenas deu, por vêzes, lugar a cenas hilariantes, como a que refere a “conversa” entre o capitão e um velho que tinha uma pedra verde no beijo e que assim é descrita:

“e depois moveo o capitam pera cima ao longo do Rio que anda sempre a caram da praya e aly esperou huu velho que trazia

(13) . — *Idem*, fõlha 3.

(14) . — *Idem*, fõlha 4.

na mão hua paa dalmaadia. falou estãdo o capitam com ele perante nos todos sem o nuca njnguem emtender nem ele a nos quantas cousas que lhomem perguntava douro que nos desejavamos saber se o avia na terra, trazia este velho o beicho tam furado que caberia pelo furado huu grande dedo polegar e trazia metido no furado huua pedra verde rroim que çarava per fora aquele buraco e o capitam lha fez tirar e ele nom sei que diabo falava e hia cõ ela pera a boca do capitam pera lhe meter. estevemos sobrisso huu pouco Rijndo e entam enfadouse o capitã e leixou” (15).

Mas a falha de língua comum não foi dificuldade para os folgedos em conjunto nos quais os portugueses tomaram parte, para tornar os índios menos esquivos, porque, nota o escrivão,

“dhuua mão pera outra se esqujvavam como pardaaes de cevadoiro” (16).

Tornou, porém, difícil a admissão dos portugueses na comunidade indígena, não obstante as tentativas que o capitão da armada fêz, enviando com os nativos, a seu aldeamento, alguns degredados para que lá ficassem por espaço de uma noite. Não os quiseram lá e sempre os mandaram de volta, mesmo após uma semana de convívio na praia. Curioso, porém, notar que os índios se ofereciam para vir às naus não relutando em passar lá a noite.

“se lhes home acenava se queria vjvr aas naaos fazianse prestes pera isso e tal maneira que se os home todo quisera convidar, todos vieram” (17).

Num inventário da carta de Pero Vaz topamos, a cada página, com passagens que esclarecem as dificuldades surgidas no encôntro das duas civilizações, por falta de “língua”. E a esta dificuldade e seu remédio se refere o missivista, pretendendo, mesmo, que se aprenda a língua dos indígenas pelos degredados

“que aquy am de ficar” (18).

Assim se substituiria o acenar, que prontamente era atendido, quando entendido pelos nativos, como refere no caso da

“cruz que estava encostada a huua arvore junto com o Rio”
(19)

(15). — *Idem*, fôlha 7.

(16). — *Idem*, fôlha 8.

(17). — *Idem*, fôlha 11, v.

(18). — *Idem*, fôlha 11.

(19). — *Idem*, *idem*.

a qual o capitão havia dito ser bom irem a ela direitos e que se pusessem

“todos em giolhos e a beijassem pera eles veerem ho acatameto que lhe tinhamos / e assy o fizemos e estes dex ou doze que hy estavam acenaramlhes que fizessem assy e foram logo todos beijala. parece me jente de tal jnoçencia que se os homem entendesse e eles a nos que seriam logo cristaãos” (20).

Não parece de menor importância para o escrivão esta pretensão de que os naturais da terra sejam “logo christãos” escrevendo que se Deus

“per aquy os trouve não foi sem causa” (21).

A confirmá-lo está a atenção que dedica à descrição que faz da “primeira missa” dita pelo

“padre frej amrique” (22)

relatando o comportamento dos índios, entre os quais estava um homem de 50, 55 anos que

“andando àsy antreles falando lhes acenou cõ o dedo pera o altar e depois mostrou o dedo pera o ceo coma que lhes dizia alguma cousa de bem e nos asy tomamos” (23).

Mas para isso, para que se façam “logo christãos” é necessário que se entendam, para o que contribuirão os dois degredados que aqui ficarão e dois grumetes que para terra fugiram.

A “todos pareço, esta jente nõ lhes faleçe out.a cousa pera seer toda xpaã ca entenderenos” (24).

*

Algumas décadas se passaram antes que civilizados e indígenas entrassem em contacto efetivo; por esse tempo uma ou outra expedição que, pressurosa, corria as costas da “terra nova”, deixando alguns degredados entregues à sua sorte e à mistura com os índios e que destes assimilavam, tantas vêzes, os costumes,

(20). — *Idem*, fôlha 11.

(21). — *Idem*, fôlha 11, v.

(22). — *Idem*, fôlha 12.

(23). — *Idem*, fôlha 12, v.

(24). — *Idem*, fôlha 13.

“adaptando-se à vida selvagem e aceitando muitos dos usos dos índios” (25).

Antes que um contacto permanente houvesse entre as duas civilizações alguns dêsses degredados e possíveis naufragos, aqui viveram, constituindo famílias numerosas e pondo ao serviço das tribos que os acolhiam a sua influência, que foi notada ao tempo que a colonização sistemática se iniciou. Exemplos bem conhecidos são os de João Ramalho, Diogo Álvares, Antônio Rodrigues, o “Bacharel de Cananéia”, Francisco Chaves. Martim Afonso de Sousa aqui os encontrou quando aportou ao Brasil. Mas não era com êsses elementos, alguns dos quais possíveis degredados, ainda que de pequenos delitos, que as populações nativas melhorariam o

“seu estado que não podemos dizer de civilização mas de barbárie e atraso” (26).

O contacto efetivo que referimos inicia-se quando o português se fixa à terra e inicia a construção de povoações, como seja a de São Vicente, que Martim Afonso planejou e traçou; ou a de Santos que Brás Cubas delineou; ou a Vila de Olinda que Duarte Coelho pretendeu fazer o centro da “Nova Lusitânia”.

Todos conhecem, porém, as ameaças a que a terra estava sujeita por parte dos estrangeiros e a decisão de se instituírem as “capitanias” como processo de governar a enorme extensão de território ao qual correspondia um litoral da mesma maneira enorme.

Também todos conhecem, dêsse sistema de govêrno, as suas vicissitudes.

Por duas capitanias prósperas, uma dúzia, podemos dizer, fracassaram, mercê de um sem número de circunstâncias, fracasso que mais aumentava o perigo das incursões estranhas a ameaçar a integridade do imenso território.

Um mal a requerer um remédio.

Em 1549 já Tomé de Sousa estava no Brasil com um séquito que beirava o milhar de pessoas, entre as quais um ouvidor, um provedor e um capitão-mor e mais uma missão de seis padres tendo por Superior Manuel da Nóbrega,

“que vinha para catequizar os índios e prestar à colônia os serviços de religião e dos bons costumes, então quase abandonados”

como insinua João Ribeiro (27).

(25). — Ribeiro (João), *História do Brasil*, 16.a edição. Rio de Janeiro, 1957, pág. 69.

(26). — Varnhagem (Francisco Adolfo), *História Geral do Brasil*, 5.a edição integral e 6.a do Tomo I; São Paulo, 1956, vol. 1.o, pág. 30.

(27). — *Ob. cit.*, pág. 87.

E' verdade que o "serviço da cristandade" estava, desde início, praticamente, ausente.

Haviam-se traçado cidades, iniciado culturas. Os europeus eram em escasso número e alguns não dos mais recomendados. Geraram-se violências ao contacto com os nativos, alguns dos quais agressivos e de quem haviam de defender-se, Duarte da Costa contra os caetés; Brás Cubas contra os tamoios, como exemplo. À parte a agressividade dos índios havia, ainda, a necessidade de mão-de-obra para os engenhos e lavras e a maneira de recrutar essa mão-de-obra era das mais violentas e das menos aconselháveis, se, porventura, se procurasse viver em paz.

Cuidou-se por cêrca de um quarto de século, desde a vinda de Martim Afonso, dos bens materiais e das riquezas; esqueceu-se por êsse período o humanitarismo e "catequese" não a havia, mesmo que alguns clérigos aqui houvessem já aportado mas

"que não viviam bem" (28).

Um quadro realista, avivado pela imaginação, nos é dado por João Ribeiro, no qual a História perde um pouco, mas não deixa de ser sugestivo (29), fazendo em seguida referência ao "elemento moral" que à sociedade nascente se agregou para amainar-lhe as asperezas que não se eliminaram de todo.

A catequese, podemos dizer, partia do nada. O elemento nativo usava uma

"uma língua toda pela costa e carece de três letras, não se acha nela o F nem L nem R, coisa digna de espanto, porque assi não tê Fé nem Lei nem Rei" (30).

O Padre Manuel da Nóbrega

"e os primeiros jesuitas imaginaram exagerar o culto externo para despertar a atenção do gentio. Nesse tempo procissões e romarias eram freqüentes; trombetas, tambores e música, sons ruidosos" (31),

captavam os índios por sua atenção involuntária, o primeiro e mais importante elemento da catequese, ainda que possamos dizer que muitos dos que não eram índios não estariam menos necessitados de catecismo.

(28). — Carta de Pero Borges..., citada in Elaine Sanceau, *Captães do Brasil*, Livraria Civilização, Pôrto, 1956, pág. 246.

(29). — *Ob. cit.*, págs. 93 a 98.

(30). — Gandavo (Pero de Magalhães), *Tratado da Terra do Brasil*, edição Obelisco, São Paulo, 1946, pág. 87.

(31). — Ribeiro (João), *ob. cit.*, pág. 100.

Anchieta chega quatro anos depois de Nóbrega e completa êsse procedimento, mais pròpriamente, adere a êsse procedimento quando

“a êsse aparato Anchieta que era poeta, juntou o singular encanto do seu estro compondo *autos* ao modo dos que a literatura peninsular já possuía, *mistérios* religiosos e diálogos em versos que as crianças indígenas representavam nas aldeias da catequese. Foi êle o primeiro mestre da língua tupi, que ordenou em livro e em gramática e afeiçoou às necessidades da religião e da vida nova que trazia aos selvagens; e foi também o primeiro mestre da língua portugueza dos primeiros brancos e mamelucos” (32).

Não corresponderá inteiramente à verdade histórica o que o autor nos diz; mas não relutamos em escrever, por atender ao que queremos dizer. Bem sabemos que o gentio, carecendo de tudo, era uma criança a quem se havia de impressionar, primeiramente, pelos sentidos. Nóbrega aqui chegou com a sua missão para catequizar. Mas não possuía “elementos de fala” para se comunicar com os índios ou se os possuía eram êsses elementos bem escassos que, dadas as condições de vida das duas décadas anteriores, não comportavam vocábulos que servissem, mesmo elementarmente, ao “magistério divino” de que o “elemento moral” vinha encarregado. Tinha, entretanto, de iniciar-se a tarefa que Vaz de Caminha insinuara quando escrevera que

“a esta gente nõ lhe falece out.a coisa pera seer toda xpãã ca entenderenos”.

Não eram os indígenas capacitados, ou eram menos capacitados que os europeus, a aprender um vocabulário nôvo de uma língua estranha; mas os companheiros e subordinados de Nóbrega estavam afeitos ao manejar das línguas para o que o latim dos seminários os havia capacitado.

A partir destas condições achariam bem mais fácil aprender a língua dos índios do que ensinar aos índios a sua, mesmo que esta fôsse, em última análise, a sua missão, solidária com a de Tomé de Sousa em cujo regimento se lia:

“conservar e enobrecer as capitánias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se posão ir povoando pera eixalçamento da nossa santa fee e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles” (33).

(32). — Ribeiro (João), *ob. cit.*, pág. 100.

(33). — “Regimento de Tomé de Sousa”, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Tomo III, pág. 345; cit. in Elaine Sanceau, *Capitães do Brasil*, já cit., pág. 238.

Para a

“espinhosa missão o rei dera-lhe uma equipe muito útil. O Pe. Nóbrega e os seus missionários eram, evidentemente, os primeiros e os melhores. Como enviados, cujo único intuito era conseguir modificar o coração dos desordeiros selvagens e civilizados, apenas com as suas armas espirituais, seria de esperar que conseguissem resultados muito mais vastos que os obtidos pela força material” (34).

Logo de início ganharam o respeito e a admiração dos índios com os quais conviviam e lhes começavam a ter afeição.

“Os índios gostavam dos padres. Aqueles homens bondosos, que se esforçavam tanto por lhes falar na sua própria língua” (35).

E em que língua poderiam falar-lhes? Demandava algum esforço e muito trabalho, mas não podiam dela prescindir. Só assim seriam entendidos ao embrenharem-se no sertão onde, por vezes, as cenas mais macabras se lhes deparavam; onde arrostavam com a animosidade dos “pagés” que os consideravam rivais; onde tantas vezes o adulto índio pedia

“o baptismo e quando chegava a ocasião de mudar de vida raras vezes ia por diante” (36).

Mas a esperança estava nas crianças que podiam, com mais facilidade, moldar-se pela doutrinação.

“Brincando com elas os padres apanhavam palavras índias e as crianças aprendiam o nome de Jesus e a fazer o sinal da cruz” (37).

Em 1550 mais quatro padres vieram para a missão do Brasil e com êles sete meninos da “Casa dos Meninos Órfãos” de Lisboa que se tornaram auxiliares preciosos, por serem o centro das atenções dos meninos da terra, os quais com êle brincavam e aprendiam.

Na obra a que estavam votados os padres ensaiavam todos os officios, desde pedreiro a “chacareiro”. Mas isso não os furtava ao seu dever de catequistas de que é exemplo o Irmão Vicente Rodrigues que a par de hortelão, função que desempenhava a contento, era também mestre-escola que ensinava os meninos índios e mestiços a ler e escrever com facilidade.

(34). — Sanceau (Elaine), *Capitães do Brasil*, pág. 240.

(35). — Sanceau (Elaine), *ob. cit.*, pág. 256.

(36). — *Idem*, pág. 263.

(37). — *Idem*, pág. 262.

O melhor lingüista era o Padre Navarro, talvez, porque

“o tupi se assemelhava ao seu vasconço natal” (38).

Além de falar estudou e

“reproduziu por escrito a linguagem dos brasileiros; traduziu parte das escrituras — a Criação do Mundo, a Encarnação e os Dez Mandamentos, além dos artigos de Fé e a Oração Dominical” (39).

Foi muitas vêzes a aldeias afastadas onde pregava; ensinava, ainda, as canções traduzidas às crianças da aldeia.

“O padre serviu-se principalmente dos *culumins* para recolher da sua boca o material com que formou a língua tupi-guarani — o instrumento mais poderoso da intercomunicação das duas culturas; a do invasor e a da raça conquistada” (40).

Foi, sim, o forte liame que manteve estreitadas as relações em todo o território que o português percorreu e senhoreou e onde podia comunicar com o indígena, fôsse qual fôsse o fim com que o percorria.

“Uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil” (41),

a língua serviu ao missionário; ao mercador; ao escravagista; ao explorador. Não foi

“sòmente de intercomunicação moral como comercial e material” (42).

Fator poderoso de civilização, afirmamos que o primeiro, demandou algum esforço da parte do europeu que utilizou a língua do nativo,

“essa que se formou da colaboração dos *culumim* com o padre... podendo afirmar-se do povo invasor que adotou para o gasto ou o uso corrente a fala do povo conquistado” (43).

Tornou-se de uso em tôdas as camadas e como de “uso corrente” a

(38). — *Idem*, pág. 266.

(39). — *Idem*, *idem*.

(40). — Freire (Gilberto), *Casa Grande e Senzala*, 9.a edição, tomo I, pág. 206.

(41). — Freire (Gilberto), *ob. cit.*, pág. 206.

(42). — *Idem*, *idem*.

(43). — *Idem*, pág. 207.

“adoptavam os próprios portuguezes... preferindo as expressões tupis aos dizeres da própria língua, em que, aliás, não faltavam vocábulos e locuções igualmente expressivas e adequadas” (44).

Por êsse motivo,

“até o começo do século XVIII a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era de mais ou menos de três para um do tupi para o portuguez” (45).

E' verdade que a língua oficial, de “luxo”, era o português. Mas quando, mais tarde, a língua do europeu civilizado se impôs,

“já o colonizador estava impregnado da agrêste influência do indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reino!; amolecera-se num português sem *rr* nem *ss*; infantilizara-se quase, em fala de menino sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os culumins” (46).

Como elemento primeiro de colonização, a língua foi um poderoso e eficiente instrumento e foi bem oportuna a adoção da fala dos nativos, parece que espontaneamente aceite por todos, mesmo nas

“famílias dos portuguezes e índios em São Paulo... tão ligadas umas com as outras que as mulheres se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios e a portugueza a vão os meninos aprender à escola...” (47).

Aos Padres da Companhia se ficou a dever êsse instrumento, que, ao que é dado pensar, facilitou a integração, mesmo nas regiões longínquas, onde as “bandeiras” puseram pé.

“Nos povoados mais apartados, a cathechese... ia dando à língua barbara os foros de um vehiculo civilizador” (48).

E' verdade que as diferentes tribos eram os “grupos” ou “nações”, equivalentes às que enunciamos no começar do presente trabalho, cada uma das quais com línguas diversas (49); mas as afinidades da fala talvez subsistissem, mesmo demarcados os diferentes povos, localizados nas diversas regiões, ainda que se não tivesse em conta o nomadismo crônico dos vários grupos.

(44). — Sampaio (Theodoro), *O Tupi na geografia nacional*, São Paulo, 1901, pág. 13.

(45). — *Idem*, pág. 12.

(46). — Freire (Gilberto), *ob. cit.*, pág. 207.

(47). — Vieira (Pe. Antônio), *Obras Várias*, cit. por Theodoro Sampaio, *ob. cit.*, pág. 13, nota 1.

(48). — Sampaio (Theodoro), *ob. cit.*, pág. 12.

(49). — Ver pág. 1 do presente trabalho.

Essas afinidades eram bem acentuadas, ao menos entre algumas “nações”, donde poderíamos tirar o exemplo do tupi e do guarani, já que as linguagens de ambos estavam tão próximas que levaram Couto de Magalhães (50) a afirmar que as diferenças havidas entre uma e outra é equivalente à observada entre o paulista e o mineiro falando o português. Seja, embora, exagerada esta afirmação, como revelam estudos mais atualizados, não foi feita sem alguma razão de ser.

O que não se põe em dúvida é que o tupi se transformou em “língua geral” e mereceu, por parte dos primeiros padres, o tratamento que se deve a uma língua constituída

“por um sistema de expressão do pensamento, comportando um vocabulário e uma gramática definidos, relativamente fixos, constituindo uma instituição social durável que se impõe aos habitantes de um país e que permanece quase que completamente independente de sua vontade individual” (51).

Por êsse tratamento iniciado pelo Padre Navarro, parece que o primeiro a estudar e a reproduzir por escrito a

“linguagem dos brasileiros” (52).

Outros estudos e reproduções se seguiram, como era inevitável, indiscutivelmente mais completos e que hoje se têm por numerosos. Assim surgiram *Dicionários da Língua Geral*; *Gramáticas* e mesmo *Catecismos* muitos dos quais fazem parte de acervos de Bibliotecas e Depósitos, como documentos de valia, cuidadosamente guardados, mantendo-se, por vêzes, inéditos; outros foram já estudados e quiçá publicados, constituindo-se em material que aos especialistas serve magnificamente.

Dessas “reproduções da língua brasileira” temos em mãos três manuscritos em cópias microfilmadas (53).

(50). — *O Selvagem*, in Theodoro Sampaio, *ob. cit.*, pág. 20.

(51). — Lalande (André), *ob. cit.*, pág. cit., “voce” cit.

(52). — Sanceau (Elaine), *ob. cit.*, pág. 266.

(53). — Foram colhidos na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Não afirmamos que sejam desconhecidos, o que não seria exato. A microfilmagem foi efetuada a expensas da “Fundação de Amparo à Pesquisa” do Estado de São Paulo que em 1965 nos concedeu verba a isso destinada, deferindo uma petição nossa, que consta do processo 65-110, que se arquivou, presentemente, na sede da referida entidade, satisfeitas que foram as condições do citado processo pela nossa parte. Propriedade que são da “Fundação” os microfilmes, ainda em meu poder, por concessão da mesma, reproduzem os manuscritos de n.º 69, 81 e 1.089 do “Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra”.

Dêsse *Catálogo... Geral* foi, em 1941, publicado um extrato que diz respeito aos manuscritos que se referem ao Brasil (*Catálogo dos Manus-*

Sem pretendermos fazer um estudo exaustivo da matéria nêles contida damos os tópicos do seu conteúdo, referindo-os um a um.

*

Manuscrito nº 69.

(Da sala de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

De título completo: "Gramática da Língua Geral do Brazil com hum Dicionário dos vocábulos mais uzuaes Para a intelligência da dita Língua".

Escrita-cursiva; de letra que podemos designar de "epistolaris", consta de língua portuguesa e a correspondente tradução em tupi.

Total de páginas: 410.

Sem data. Paginação a partir da fôlha 7 até à qual não tem numeração.

O assunto, como do próprio título se depreende, comporta, além da gramática, um vocabulário — um dicionário — mas inclui, a par disso, diremos, um catecismo, sob o título de "Doutrina no Idioma Geral", a pág. 370.

A página 1 (fôlha sete do manuscrito) dá a conjugação de um verbo:

Conjugação do Verbo Iucá = Matar.

Modo indicativo.

Tempo presente

Singular

Ajucá = Eu mato

Erejucá = Eu matas

Ojucá = Elle mata

Plural

Iajucá = Nós e vós matamos. *Orejucá*, nos, sem vós matamos

Pejucá = Vós matais

Ojucá = Elles matão. —

critos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativos ao Brazil, da autoria de Francisco Morais, publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, datada de 1941) e donde, como não podia deixar de ser, constam os três manuscritos que ora temos em mãos.

O manuscrito de n.º 69 é uma "gramática", se atendermos ao título;

O de n.º 81 é um "dicionário", mas contém diversos elementos de questões gramaticais;

O de n.º 1.089 tem o título de "Doutrina Cristã" e tem a particularidade de ter sido escrito em tupi e latim.

Antes da página 1, e desde a primeira fôlha, tratam-se outros assuntos que se iniciam com expressões de parentesco: “Graos de Parentesco”:

Afilhado do Homem = Tayra angaba
Afilhado da Mulher = Hembyra angaba.

.....

Fôlha 5.

— Artigos —		— Pronomes —	
Singular	A — Eu	Singular	Ixe — Eu
	Ere — Tu		Inde — tu
	O — Elle		Ae — Elle
Plural	Ya — Nós todos	Plural	Iandé — Nós
	Oro — Nós sem vós		Penhé ou Pé — Vos
	O — Elles		Am-oã — Elles.

A conjugação do verbo Iucá vai até à página 53.

Na página 54 tem exemplificada uma “conjugação por pronomes”. “Serve de exemplo o verbo Maenduar — Lembrar”; a conjugação termina na página 71.

Dos verbos irregulares tem exemplos, também, começando pela “Conjugação do verbo Aé — Dizer”, página 72.

Pág. 74 — “Iore-vai”; pág. 79 — “Manó = Morrer”; pág. 85 — “Icó = Estar”; pág. 91 — “Itye = Derrubar”; pág. 94 — “Iar = tomar”; pág. 96 — “Apinó = dar traques”; pág. 99 — “Có = ir”; pág. 102 — “Racó = Levar”; pág. 103 — “Iub = Estar deitado”; pág. 104 — “Ain = estar deitado”.

Os exemplos terminam na página 105 com o verbo “Apoti = Atacar”.

Na pág. 107 tratam-se as “Partes da Oração” que se diz serem oito: “Nome, Pronome, Verbo, Particípio, Preposição, Advérbio, Interjeição e Conjugação”.

Estudam-se de seguida cada uma destas “partes” até à pág. 195, quando se trata da “*Syntaxe*” indo as questões a esta respeitantes até à pág. 225.

Segue-se um “índice” das matérias tratadas até à pág. 236, para, na seguinte aparecer o título *Dicionário da Língua Geral do Brazil* que, por ordem alfabética, vai até à pág. 354. Até à pág. 370 há diversos assuntos tratados (artigos, pronomes, dativos de proveito, nome das partes do corpo, advérbios) surgindo a esta página um novo título: *Doutrina No Idioma da Língua Geral* tratando-se, a partir daí as matérias que ao título dizem respeito, como o “Sinal da Cruz”, “Padre Nosso”, “Ave Maria”, “Creio em o Padre”, “Mandamentos da Santa Madre Igreja”, “Sacramentos”, “Pecados Mor-

tais”, “Virtudes Ecológicos” e, na página 375 há uma série de perguntas sobre a matéria anterior, para continuar à pág. 378 com “Confissão”, “Acto de Contrição”.

Há na pág. 381 uma “*Confissiony no Idioma da Lingoa Geral p.a ce confessar por ella em caso de necessari.de*”. É longa e vai até à pág. 384, onde se enunciam os “Mandamentos”. Terminaria o livro na página 396 com a palavra “FINIS”. Mas, após esta “finis” há uma advertência “Ao leitor” já na pág. 397, sobre o “confisionr.o que atras deixo” e ao final uma data: “26 de 7br.o 1758(?)” e a tradicional saudação latina “V a l e”.

Não acabam, porém, aqui os temas. Na pág. 395, logo a seguir, o que denota paginação errada, tem recomendações para uma “Prática para ajudar a bem morrer”; mais o “acto de Fé”, “Actos de Esperança” na pág. 404; “Actos de Cari.de amor de D.s do proximo”, na pág. 402. Ao final, pág. 406 a recomendação: “Tudo isto asima se deve repetir por vezes conforme a doença der lugar, rezando o officio da agonia e ao depois que espirar o seu mamento. D.s vá contigo Vale”. Uma nova “advertência” que faz referência a uma bula do Papa Paulo 3.o, “sobre as obrigações religiosas dos índios” e que termina por “Laus Deos”, pág. 407. Segue-se, na pág. 409, uma relação dos “dias que os índios tem obrigação de ouvir missa e jejuar”. Termina na pág. 4.0 a “relação dos dias” e também o presente manuscrito.

*

Manuscrito n.o 81.

Título completo: *Diccionario da Lingua Geral do Brasil*

Página de rosto:

“Diccionario
da
Lingua Geral do Brasil
que se fala
Em todas as villas Lugares e Aldeas
deste Vastissimo Estado
Escrito na Cidade do Pará
Anno de 1771”.

Escrita — cursiva; *Litera epistolaris*; língua portuguesa e correspondente tradução em tupi.

Total de fôlhas numeradas apenas no rosto: 164.

Data, indicada na página de rosto, 1771.

Assunto — mesmo anunciado pelo título que é um “diccionário” o manuscrito contém elementos de gramática, incluindo a conjugação de verbos.

Na fôlha 1 inicia-se a conjugação, antecedida pela observação: “Modo de conjugar os verbos activos servindo de exemplo o verbo Iucá”.

Na fôlha 3 tem a indicação da conjugação passiva, com as respectivas regras. Fôlha 3, v. inicia a conjugação negativa do mesmo verbo que vai até à fôlha 5, v.

O *Diccionario da Lingua chamada geral do Brazil* começa na fôlha 6 e, por ordem alfabética, vai até à letra Z, fôlha 164.

Contém, no total, 328 páginas, com duas colunas, na maior parte com o significado das palavras ou mesmo de algumas expressões.

*

Manuscrito n.o 1089.

De título completo: *Doutrina Christah em Lingoa geral dos indios do Estado do Brasil e Maranhão, composto pelo Pe. Philippe Betendorff traduzida em lingoa g irregular e vulgar usada nesses tempos.*

De letra semelhante à dos manuscritos anteriores, referidos.

Do assunto referimos uma inovação: o texto, a duas colunas, uma é em tupi, a primeira; outra em latim, a segunda.

O manuscrito é constituído por livros, até ao VI que é o último. Assim, temos:

Livro I — “Do que pertence a Fe os mistérios que se contem no Credo — Caput I — Sobre o fim da Criação, Sinal da Cruz e meios de Salvação.

Livro I — “Do que pertence a Fe os mysterios que se contem no Credo. Caput I — Sobre o fim da Criação, Sinal da Cruz e meynos de Salvação. Caput II — Do Credo e especial.mte de SS.ma Trindade”.

Seguem até ao número XXI os *caputs* dêste Livro I, referindo-se o último a *De Articulis Fidei Pertinentibus ad Divinitatem et Humanitatem Christi.*

O *Liber* final é o VI, sendo o último capítulo o XV.

O texto mantém-se bilingüe até final tendo sempre o tupi na primeira coluna da página e o latim na segunda; como exemplo:

Livro I

Caput II (fôlha 6 do manuscrito).

Assunto — “De credo e especial.mte de SS.ma Trindade”.

Perg. — “Mara citae ybakipe jan-
de pyty boçab ypy.

R. — Tupã rosobiára.

P. — Quomodo sonas ad coelum
nostrum adminiculum primo?

R. — Deum Credere”.

* * *

Estes três manuscritos não são os únicos que se encontram na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, referentes à *Língua Geral do Brasil*. Há outros que constam, não só do Catálogo Geral, mas também do *Catálogo* de Francisco Morais (vide nota 53).

Referindo, apenas, êstes, pretendemos acentuar a importância da “Língua” como fator ou instrumento de colonização e que os padres aprimoraram e compendiaram em seus “dicionários”, “gramáticas” e “vocabulários”, para

“a catechese nos lugares mais apartados”

e que, ao final, serviu também “ao mercador; ao escravagista; ao explorador”.

Quando o Pe. Navarro “reproduzia por escrito a linguagem dos brasileiros”, logo que a missão de Nóbrega aqui chegou, estava a forjar o elemento que permitiu a colonização pelos moldes em que se operou; estava a forjar o elemento que contribuiria, decisivamente para “uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil”.